



O EXERCÍCIO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE SOBRE A POPULAÇÃO IDOSA: DISCUSSÕES A PARTIR DE UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Tamna Emanuelli Pinto Benevides ¹
Tássio Ricelly Pinto de Farias ²

INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), entre 2012 e 2017 ocorreu um aumento de 18% no percentual da população de idosos no Brasil, o que fez com que o grupo etário supracitado ultrapassasse a marca de 30 milhões de pessoas. Nesse viés, o envelhecimento humano no âmbito nacional se mostra cada vez mais evidente, ocasionando desdobramentos não só na instância demográfica, mas também em outros domínios da vida - sobrepujando, inclusive, os limites do país.

É importante dizer que cada indivíduo possui uma forma única de vivenciar o envelhecimento, já que existem múltiplos contextos sociais e diferentes processos que moldam o desenvolvimento humano. Desse modo, como sugerem Schenker e Costa (2019), a heterogeneidade de demandas em saúde de domínio do público senescente requer uma disponibilidade de serviços que possam suplantar adequadamente as necessidades. Isso posto, tais necessidades percorrem tanto os aspectos de prevenção e controle de doenças, quanto o da promoção de um envelhecimento ativo, afetivo e participativo, o que impulsiona uma maior independência. Assim, a Atenção Primária à Saúde (APS) se apresenta como basilar na estruturação de ações em saúde, englobando uma série de aspectos que buscam desenvolver uma atenção de natureza integral, a fim de impactar de modo positivo, individualmente e coletivamente, as questões relacionadas à saúde (BRASIL, 2020). Por esse motivo, a atuação da APS deve estar em consonância com os fatores extrínsecos à vida dos usuários, orientando o cuidado humanizado. Conforme preconiza as diretrizes do Estatuto do Idoso, deve ser garantida a atenção integral à saúde do idoso, de modo universal e igualitário, por meio de ações e serviços envoltos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, tamnabenevides@gmail.com;

² Graduado em Filosofia e em Sociologia. Mestre em Ciências Sociais e Humanas. Professor nos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar – FACEP desde 2015, prof.tassiofarias@hotmail.com



Diante do exposto, o presente estudo busca tecer uma discussão acerca do funcionamento da Atenção Primária à Saúde no cotidiano dos usuários da terceira idade. Com efeito, é esperado que, por meio da escolha da temática, se possa contribuir para um maior conhecimento do que a rede de saúde pode ofertar.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo, do tipo revisão integrativa, que tem a seguinte indagação como questão norteadora: O que as produções científicas têm apresentado acerca do funcionamento da Atenção Primária à Saúde na população de idosos?

A pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico nas bases de dados Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE). Os descritores utilizados foram: “Atenção primária à saúde”, “Idosos”, “Envelhecimento”, “Acesso aos serviços de saúde”. O cruzamento das informações encontradas foi realizado pelo operador booleano *and*.

Para a seleção, compondo as estratégias de busca, filtrou-se as publicações dos últimos cinco anos, ou seja, o recorte temporal entre 2017 e 2022; considerando apenas periódicos em português. Foram excluídos os trabalhos que não respondiam à pergunta norteadora e não se encontravam no idioma português. Selecionou-se os artigos pelo resumo, para uma posterior identificação, descrição e análise das temáticas abordadas e informações expostas.

Os resultados expostos fazem menção à avaliação dos estudos bibliográficos, realizada por meio de um delineamento dos periódicos encontrados. Nesse sentido, vale ressaltar que esse delineamento, não necessariamente, reflete a maneira como a APS tem trabalhado nos distintos cenários do território nacional nos últimos anos. Como sugerem Doricci e Guanaes-Lorenzi (2021), a análise de revisões de literatura se baseia na construção de sentidos do leitor, isto quer dizer que ocorre a atribuição de significados ao material. Esse significado, no entanto, pode não representar fielmente às intenções ou concepções originais dos autores dos trabalhos, já que representa uma leitura com finalidades específicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

No parecer da Organização Mundial da Saúde (OMS), idoso é todo indivíduo que apresente 60 anos ou mais. Em esfera nacional, esta definição é corroborada na Política Nacional do Idoso, a partir da lei federal 8.842, de 1994.



O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indica que o Brasil está apresentando um processo de transição na estrutura etária, exibindo um crescimento positivo no grupo de idosos. Nesse viés, as alterações no panorama populacional traduzem desafios novos e desvelam que a consolidação dos sistemas de atenção à saúde deve estar de acordo com as demandas.

Isso posto, é necessário que os sistemas de saúde possibilitem um envelhecimento com as melhores condições de saúde possíveis, destinando orientações específicas para os diferentes contextos, fragilidades corpóreas, bem como às configurações de idade; o que resulta na execução de cidadania e efetuação de direitos. Então, a Atenção Primária à Saúde (APS) se exhibe como um agente de grande importância na promoção do cuidado.

Na tentativa de desenvolver uma prática que efetive serviços com resultados positivos, a APS se organiza em quatro atributos essenciais e três atributos derivados, que são, respectivamente: acesso de primeiro contato, longitudinalidade, integralidade, coordenação do cuidado, competência cultural, orientação familiar e orientação comunitária.

O acesso ao primeiro contato faz referência à acessibilidade e utilização do serviço de saúde em cada novo problema ou retorno de um episódio ocorrido; tanto de uma perspectiva estrutural/geográfica, quanto no quesito de utilização e organização. A longitudinalidade, também chamada, em alguns casos, de continuidade, identifica-se pelo seu caráter de regular a atenção e seu uso ao longo do tempo, que vinculado à coordenação do cuidado é capaz de promover a incorporação de ações nos mais variados níveis de atenção à saúde. Já a integralidade, corresponde ao agrupamento de serviços e informações que em sua completude consigam responder às demandas da rede de atenção à saúde (PINTO, 2020).

Cesário *et al.* (2021), ao realizar uma pesquisa sobre as tendências de acesso e utilização dos serviços de saúde na APS entre idosos no Brasil, nos anos 2008, 2013 e 2019, identificou que houve um aumento expressivo, quanto aos parâmetros estudados, em todas as regiões do Brasil, em ambos os sexos e, também, em todos os estratos etários.

A ampliação da APS vem provocando impactos significativos na saúde da população, no Brasil e em diversos países, pois tem melhorado os resultados sanitários nas condições crônicas, diminuído as referências a especialistas e aos hospitais, aumentado a eficiência dos sistemas de atenção à saúde, produzido serviços mais custo/efetivos e promovido a satisfação dos usuários. (SULZBACH; WEILLER; DALLEPIANE, 2020).

A APS destaca-se como a entrada central do Sistema Único de Saúde (SUS), se estabelecendo como o primeiro relacionamento entre população e serviço de saúde, assegurando a garantia de direitos e a resolução de problemas. Assim, o incremento da APS ocasiona mudanças no panorama estrutural da sociedade.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos critérios selecionados, foram encontrados 11 artigos. No entanto, após a exclusão daqueles que, de algum modo, não dialogavam com a busca, restaram 3 trabalhos. O primeiro deles denomina-se “Avaliação dos atributos da Atenção Primária à Saúde na perspectiva dos idosos” (MASOCHINI; FARIAS; SOUSA, 2022), e, buscou tecer uma análise sobre a funcionalidade dos atributos essenciais e derivados da Atenção Primária à Saúde sob a ótica da comunidade usuária senescente. Trazendo, com isso, propostas de melhorias a gestão de saúde.

Já o segundo, intitulado “Satisfação com a organização do cuidado em idosos usuários dos serviços avaliados pelo PMAQ” (AMORIM; TEIXEIRA; FERLA, 2018), trata-se de uma identificação dos preditores de satisfação dos idosos com relação à organização dos serviços e do cuidado na atenção básica à saúde. O PMAQ é o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade, uma parte componente da APS.

O terceiro artigo, por sua vez, nomeado “Fragilidade entre idosos e percepção de problemas em indicadores de atributos da atenção primária à saúde: resultados do ELSI-Brasil” (SILVA *et al.* 2021), faz um exame a partir de uma associação entre a fragilidade e a percepção de problemas.

Nas produções analisadas encontram-se similaridades quanto a ideia de que atenção que os serviços de saúde dedicam aos idosos não é suficiente para atender às demandas, ou seja, possuem potencial para melhorias. Para Tasca *et al.* (2020), tais melhorias podem ser alcançadas mediante a adoção de políticas que priorizem os atributos essenciais da APS, especialmente pela inovação em tecnologias de assistência, de comunicação e de gestão.

É possível perceber que cada localidade apresenta particularidades quanto à prática da APS. No entanto, os artigos apontam que um empecilho para o funcionamento efetivo da APS à comunidade velha é a demanda de assistência superior a capacidade de atendimentos nas unidades de saúde. Cabe dizer também que a avaliação da execução dos atributos da APS mantém relação direta com a localidade. Nos estudos de Masochini, Farias, Sousa (2022), realizado no município de Sinop, Mato Grosso, o único atributo caracterizado como insatisfatório foi o acesso de primeiro contato, enquanto a longitudinalidade, integralidade e coordenação do cuidado foram atributos definidos como eficazes. Por sua vez, Silva *et al.* (2021), a partir de uma investigação de caráter nacional, constataram que existem obstáculos relacionados ao acesso de primeiro contato, longitudinalidade e integralidade; ao passo que a coordenação do cuidado e a orientação familiar foram considerados eficientes.



Ademais, apontou-se que a escuta consorciada a um acolhimento capacitado é um instrumento que possibilita autonomia, cidadania e cuidado. Esse fato encontra suporte nas proposições da Política Nacional de Humanização, por intermédio do plano para acompanhamento na atenção básica, “formas de acolhimento e inclusão do usuário que promovam a otimização dos serviços, o fim das filas, a hierarquização dos riscos e a efetivação do acesso aos demais níveis do sistema” (BRASIL, 2004, p. 30). Nesse sentido, para atender às demandas da população velha é necessário que se faça uma capacitação das equipes que estarão em contato direto com esse grupo etário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude da quantidade de artigos encontrados na seleção, é perceptível o quanto a literatura nacional carece de estudos científicos que exponham a visão de idosos acerca da Atenção Primária à Saúde.

O aperfeiçoamento das habilidades profissionais é importante e viabiliza a elaboração e aplicação de estratégias às situações necessárias, bem como às múltiplas realidades vivenciadas pela comunidade senescente.

A Atenção Primária à Saúde requer melhorias quanto a sua implementação e execução para que os atributos, tanto essenciais, como derivados, possam funcionar na prática do mesmo modo como estão propostos na teoria.

Palavras-Chave: Atenção Primária à Saúde, Idosos, Envelhecimento, Acesso aos Serviços de Saúde, Revisão Integrativa.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Juleimar Soares Coelho de; TEIXEIRA, Luciana Barcellos; FERLA, Antônio Alcindo. Satisfação com a organização do cuidado em idosos usuários dos serviços avaliados pelo PMAQ. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3625-3634, set. 2020.

BRASIL. Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: **Secretaria Especial dos Direitos Humanos**, 2004.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Projeções indicam aceleração do envelhecimento dos brasileiros até 2100**. 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38577. Acesso em: 02 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o conselho nacional do idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 77, 4 jan. 1994.



BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária À Saúde. **O que é a atenção primária?** 2020. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/smp/smpoquee>. Acesso em: 28 maio 2022.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: política nacional de humanização: documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 2. Ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CESÁRIO, Vanovya Alves Claudino *et al.* Tendências de acesso e utilização dos serviços de saúde na APS entre idosos no Brasil nos anos 2008, 2013 e 2019. **Ciência & Saúde Coletiva**, Natal, v. 26, n. 9, p. 4033-4044, set. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5bJDP3X9JPrmFLj38LnQy8b/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2022.

DORICCI, Giovanna Cabral; GUANAES-LORENZI, Carla. Revisão integrativa sobre cogestão no contexto da Política Nacional de Humanização. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 26, n. 8, p. 2949-2959, ago. 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 26 maio 2022.

MASOCHINI, Rosângela Guerino; FARIAS, Sheila Nascimento Pereira de; SOUSA, Ana Inês. Avaliação dos atributos da Atenção Primária à Saúde na perspectiva dos idosos. **Escola Anna Nery**, [S.L.], v. 26, p. 1-6, 2022.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Relatório mundial de envelhecimento e saúde**. Genebra: OMS, 2015. 28p.

PINTO, Tiago Rocha. Atenção Primária à Saúde, Estratégia de Saúde da Família e Territorialização. 2020. [S.L.]. **Programa de Educação Permanente em Saúde da Família**. p. 1-7. 2020.

SCHENKER, Miriam; COSTA, Daniella Harth da. Avanços e desafios da atenção à saúde da população idosa com doenças crônicas na Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 24, n. 4, p. 1369-1380, abr. 2019.

SILVA, Alexandre Moreira de Melo *et al.* Fragilidade entre idosos e percepção de problemas em indicadores de atributos da atenção primária à saúde: resultados do ELSI-Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Belo Horizonte, v. 37, n. 9, p. 1-12, 2021.

SULZBACH, Cíntia Cristina; WEILLER, Teresinha Heck; DALLEPIANE, Loiva Beatriz. Acesso à Atenção Primária à Saúde de longevos: perspectiva de profissionais da saúde da família de um município do rio grande do sul. **Cadernos Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 28, n. 3, p. 373-380, set. 2020.

TASCA, Renato *et al.* Recomendações para o fortalecimento da atenção primária à saúde no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, [S.L.], v. 44, p. 1-8, 2020.